

## política

Editora: Paula Coutinho  
politica@jornaldocomercio.com.br



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

### Revolução de planejamento

PILAR PEDREIRA/AGÊNCIA SENADO/JC



Para o professor Frederico Flósculo (foto), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), “esse episódio lamentável do Rio Grande do Sul, as cheias do Guaíba, ele prenuncia várias outras coisas muito graves, que, com certeza, acontecerão. Espero que esse episódio de Porto Alegre signifique uma pequena revolução no planejamento urbano e na gestão urbana”, disse, em debate na televisão com os deputados federais gaúchos Bohn Gass (PT) e Luiz Carlos Busato (União), além de Pedro Aihara (PRB-MG) e do físico gaúcho Osvaldo Moraes. Todos reclamam da falta de planejamento e comunicação.

### Vitória da construção civil

“Quando você examina, por exemplo, o Plano Diretor de Porto Alegre, você vê imprevisibilidade. Nós vemos a vitória de algo que acontece em todas as cidades brasileiras, que é a vitória da construção civil. A vitória da especulação imobiliária”, argumenta o arquiteto.

### Planos de sustentabilidade

De acordo com o urbanista, “temos hoje planos diretores urbanos imobiliários, planos de negócios; não são planos para o desenvolvimento humano e não são planos para o desenvolvimento de uma sustentabilidade; até a cidade e sua região são negócios mesmo, e da pior qualidade, porque quando você ganha muito dinheiro e não há responsabilidade com essa movimentação imensa, hoje você tem Porto Alegre, como você vai ter outras situações horrorosas no Brasil”.

### Parâmetros ambientais

“O planejamento urbano deve prever limitantes adentro. Nós não trabalhamos com parâmetros ambientais, a ecologia tem limites e tem pontos de não retorno”, acentua o professor. Porto Alegre, em especial, “é uma armadilha geográfica e ambiental, porque no Guaíba deságuam três grandes rios, se um desses rios recebe muita água na cabeceira, é problema para o Guaíba”, avaliou.

### Hipóteses previsibilíssimas

“Dois rios, duplo problema, dessa vez foram três, e são hipóteses previsibilíssimas. Esses três rios contribuíram para esse desastre, e, ao mesmo tempo, a construção civil estava ocupando margens, estava agindo como se os negócios fossem imunes ao clima. Então, devemos ter planejamento urbano; agora de uma maneira centralizada”, disse.

### Inteligência de planejamento

O professor diz que o governo federal “tem um Ministério das Cidades que não coordena inteligência urbana, inteligência de planejamento, e não coloca à disposição das nossas 5.540 prefeituras essa tecnologia de planejamento, essa associação do planejamento urbano a metas de defesa civil”.

# Presidente Lula retorna hoje ao Rio Grande do Sul

## Petista deve anunciar novas medidas de apoio aos atingidos

/CLIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou que retorna hoje novamente ao Rio Grande do Sul e prometeu o anúncio de medidas de apoio financeiro direto às pessoas para a recuperação de parte dos bens perdidos durante as enchentes que varreram diversas regiões do estado e deixaram centenas de milhares de famílias desabrigadas e desalojadas.

A declaração foi dada após reunião virtual com o governador do Rio Grande do Sul, na tarde desta segunda-feira, em que o governo federal oficializou o envio ao Congresso Nacional de projeto de lei com a suspensão da dívida do estado com a União por três anos, com renúncia total dos juros sobre o débito durante o período, o que permitirá um aporte de R\$ 11 bilhões em recuperação da infraestrutura.

Lula adiou o anúncio de medidas para a população do Rio Grande do Sul, atingida pela calamidade climática, que estava previsto para esta terça-feira, no

Palácio do Planalto. O anúncio vai ser feito em São Leopoldo, hoje, quando retorna ao Estado.

O objetivo é buscar aproximar ainda mais o governo da população gaúcha, após a realização de outros dois eventos com ações terem ocorrido na capital federal.

Oficialmente, o Palácio do Planalto afirma que o adiamento se deu porque o presidente pretende convidar os representantes dos demais Poderes. O anúncio das novas medidas deveria ser realizado na tarde de ontem.

Ministros ligados ao tema participaram de uma longa reunião com Lula no Planalto horas antes no mesmo dia, com o objetivo de acertar os detalhes.

“Quero anunciar uma série de medidas para as pessoas físicas, ou seja, o recurso para que as pessoas que perderam suas coisas, que precisam comprar alguma coisa, recebam recursos da União para que possam começar a repor parte daquilo que perderam”, disse o presidente Lula.

Uma das medidas em discussão é a criação de uma espécie

de auxílio emergencial, similar ao adotado durante a pandemia de Covid-19, para socorrer especialmente as pessoas que perderam suas atividades remuneradas e estão desempregadas.

Lula também realizou uma reunião ministerial extraordinária com todos os ministros para debater medidas de apoio às vítimas das enchentes e citou principalmente as famílias que estão em abrigos. Há mais de 538 mil pessoas desalojadas de suas casas e que estão em casas de amigos ou parentes.

“Não vamos descansar enquanto o Rio Grande do Sul não estiver 100% de pé, vendendo e emprestando o orgulho do povo gaúcho”, completou o presidente.

Lula esteve duas vezes no Rio Grande do Sul desde o início das inundações, em Santa Maria e Porto Alegre, mas basicamente sobrevoou as áreas atingidas e esteve com autoridades.

Apenas a primeira-dama Rosângela da Silva teve agenda mais próxima da população, entregando donativos e visitando abrigos.

## Assembleia aprova estado de calamidade no RS

Bárbara Lima

barbaral@jcrs.com.br

Em sessão plenária deliberativa extraordinária da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, os deputados aprovaram, por unanimidade, na tarde de ontem, estado de calamidade pública no território gaúcho. A medida surge num momento de crise climática no Rio Grande do Sul, em que enchentes deixam mortos e milhares de desabrigados.

Na prática, o estado de calamidade pública permite que o executivo tenha poderes que, normalmente, não teria. Além disso, o governador passa a dividir responsabilidades com o governo federal.

Além desta matéria, mais duas foram aprovadas nesta terça-feira: uma (Projeto de Resolução 1/2024) que altera a Resolução nº 2,288, de 18 de janeiro de 1991, que dispõe sobre o regimento interno da Assembleia, permitindo que sessões ordinárias e



Deputados também autorizaram realização de sessões virtuais e híbridas

extraordinárias deliberativas possam acontecer de forma virtual ou híbrida.

O terceiro texto aprovado por unanimidade na sessão é o Projeto de Lei Complementar 120/2024, que autoriza o governador Eduardo Leite (PSDB), em caso de calamidade pública, suspender, interromper ou prorrogar prazos em curso para validade de concursos e convênios ou postergar seu início. A medida é válida até 8 de junho.

Na manhã desta terça-feira, o governador anunciou aos deputados a revogação do decreto que cortava benefícios fiscais de setores que influenciam no valor da cesta básica. O decreto era uma alternativa ao aumento do ICMS.

Na oportunidade, entre outras medidas, o governo, por meio da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (Sefaz), também comunicou a prorrogação de vencimento de tributos.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

**SKO**  
OYARZÁBAL  
MARCAS & PATENTES S/C  
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323